



**Conselho Municipal de Educação
de Loures**

**ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2022
DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LOURES
MANDATO 2021/2025**

No dia 2 de junho de 2022, pelas dezoito horas e quinze minutos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, deu início à 2.ª Reunião Ordinária de 2022 do Conselho Municipal de Educação de Loures (CMEL), que teve lugar no Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte, com as seguintes presenças (folha de presenças rubricada em anexo):

Presidência do CMEL:

Ricardo Leão

Conselheiros:

Nuno Leitão
Ricardo Marques Dias
Maria Lurdes Costa
Marta Pereira
Tatiana Tavares
Rui Rebelo
Patrícia Rodrigues
Marta Mouro
Catarina Magalhães
Ana Rita Marques
Eduarda Marques
Flávio Borges
Joaquim Sardinha
Ivo Cardoso

Irene Louro
João Carvalho
Nuno Correia
Fernanda Almeida
Cristina Marques
Marilisa Cambraia
Nuno Reis
Maria da Luz Fragoso Costa
António Mendes
Paula Cristina Natálio
Carlos Candeias
Maria Manuel Andrade
Teresa Graça
Vítor Paulo da Silva Mota
Paulo Jorge Pereira Gomes
António Morgado
Octávio José da Silva Inácio
Fernanda Manuela Duarte Lima
Maria Teresa Vilas Boas
Maria Dulce da Silva Duarte
Rui Carlos Raposo de Carvalho
Ana Margarida de Almeida Rebelo
Maria Margarida Quintino Fonseca
Carla Maria Pimentel da Luz
Maria do Céu Carreira Lopes

ORDEM DE TRABALHOS

O Sr. Assessor do Presidente da Câmara Municipal, António Marcelino, apresentou a ordem de trabalhos desta 2.ª reunião, tendo sido nomeado ao abrigo do regimento do CMEL, artigo 6.º, número 5, Secretário do Presidente para o atual mandato do órgão.

Ponto 1 - Tomada de posse

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures deu posse aos seguintes conselheiros:

A Senhora representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional, Ana Rita Marques;

O Senhor representante das Forças de Segurança, Flávio Borges;

A Senhora representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação, Patrícia Rodrigues;

A Senhora representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública, Maria de Lurdes Pires Costa;

A Senhora representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de São João da Talha, Maria do Céu Carreira Lopes.

Ponto 2 – Apresentação da Revisão da Carta Educativa - Município de Loures 2022

Antes da apresentação da “Revisão da Carta Educativa – Município de Loures 2022”, foi distribuído por todos os srs. conselheiros uma tabela-síntese impressa com todas as implicações financeiras que decorrem deste importante documento de planeamento estratégico municipal.

A Equipa da Universidade de Aveiro, representada pelo Prof. João Lourenço Marques, pela Dr.^a Joana Duarte e pela Dr.^a Ana Grifo, fez uma breve apresentação da Revisão da Carta Educativa – Município de Loures 2022, abordando os seguintes aspetos:

Introdução

Abordagem metodológica

Momentos de contacto e participação

Desafios e constrangimentos

Revisão da Carta Educativa

Diagnóstico de Contexto

Componente Prospetiva

Propostas/Cenários

Em relação às **prioridades e mapeamento – Nível 1, 2021-25**, destacaram-se as seguintes ideias:

- Encerrar gradualmente JI não integrados em EB1;
- Monitorizar, anualmente, o número de inscritos em cada nível de ensino até 2025. Avaliar, pelas capacidades e ocupação à data, o número de vagas disponíveis e em falta;
- Assegurar mais salas não só na EPE, mas também no 1.º CEB, até 2025:
21 obras de remoção de coberturas de amianto e 14 obras de requalificação;
- Rentabilizar e melhorar os serviços e os recursos educativos e assegurar a manutenção e a conservação dos equipamentos escolares;
- Reforçar a resposta de creche (apoios às IPSS, rentabilização de espaços, práticas de cogestão);
- Equilibrar carências e assimetrias no parque escolar, ao nível dos 2.º/3.º CEB e ensino secundário, onde o número de turmas for superior ao das salas.

Em relação às **prioridades e mapeamento – Nível 2, 2026-30**, destacaram-se as seguintes ideias:

- Encerrar gradualmente JI não integrados em EB1;
- Monitorizar, anualmente, o número de inscritos em cada nível de ensino até 2030. Avaliar, pelas capacidades e ocupação à data, o número de vagas disponíveis e em falta;
- Assegurar mais salas não só na EPE, mas também no 1.º CEB, entre 2026 e 2030:
11 construções de novas escolas e 6 desativações.
- Rentabilizar e melhorar os serviços e os recursos educativos e assegurar a manutenção e a conservação dos equipamentos escolares;
- Refletir sobre possíveis estratégias de qualificação da rede dos 2.º e 3.º CEB e secundário.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do Concelho, Nuno Leitão, solicitou a palavra para colocar algumas questões, designadamente sobre as oportunidades e caminhos que serão trilhados em relação à opção da formação profissional ao nível das escolas, sobre a nova medida do Governo referente às creches gratuitas e seus impactos futuros no Concelho e, no quadro do investimento municipal, sobre o que está previsto em matéria de cobertura dos recintos escolares e desportivos ao nível das EB 2/3 e sobre a Escola Secundária de São João da Talha que não possui Pavilhão Desportivo.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão, salientou o enquadramento legal e a importância estratégica que a Carta Educativa possui. Para além dos dados, das projeções, das análises técnicas e das propostas e soluções apontadas neste documento, existe uma outra dimensão sobre a qual, doravante, nos temos igualmente de deter – e que é oferta da rede solidária, particularmente na valência do pré-escolar e

creche. O alargamento da oferta pública não deverá deixar de considerar, numa perspetiva de rentabilização de recursos, toda a atual capacidade instalada da Rede Solidária. É necessário que exista uma complementaridade, um trabalho lado a lado entre Rede Pública e Rede Solidária, um trabalho que possa contribuir para um aumento do número de vagas no Concelho. Referiu igualmente que será importante dotar as escolas do Concelho de melhores condições gerais, tornar as nossas escolas cada vez mais atrativas.

O Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Portela e Moscavide, Nuno Reis, começou a sua intervenção por congratular a Câmara Municipal e a Universidade de Aveiro pela produção do documento em apreciação. Mostrou-se, no entanto, preocupado no que diz respeito em concreto aos elementos constantes sobre a área de influência do seu Agrupamento de Escolas: os dados e as projeções apontam para uma diminuição da população a residir na Portela e Moscavide, mas o que se vai constatando, diariamente, no terreno é precisamente o contrário. Existe, por exemplo, a urbanização do Cristo Rei e a renovação de toda a população da Portela - na EB 1/JI da Portela há 3 anos houve necessidade de se criar mais 3 salas no pré-escolar (para alunos de 4 e 5 anos), na Escola Secundária não cabe nem mais uma turma, na EB 2/3 eventualmente só se conseguiria criar mais 1 turma. O Agrupamento de Escolas nunca teve tantas turmas como tem agora e está no limite (o Agrupamento tem atualmente 2701 alunos e não 2590 como apareceu na apresentação. E, outras das preocupações, diz respeito às intervenções e à data prevista para requalificação da EB 2/3 Gaspar Correia. Se a mesma se confirmar para depois de 2025 isso constituirá uma notícia inquietante para nós, a Escola não aguenta esperar mais tempo por uma intervenção, encontra-se, como é sabido por todos, em avançado estado de degradação.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão, esclareceu que, no que concerne às obras de requalificação da EB2/3 Gaspar Correia e à alusão no documento de que as mesmas só teriam lugar a partir de 2025, a Câmara Municipal tem acordos que foram assinados com o Ministério da Educação com vista à requalificação de um conjunto de escolas básicas 2/3 e secundárias do Concelho. Aguarda-se que a portaria do PRR seja publicada (e o PRR é só até 2025) para que a Câmara se possa logo candidatar. Na visita que já foi realizada à EB 2/3 Gaspar Correia, atestou-se a necessidade urgente de se avançar com uma requalificação e mesmo com uma ampliação e é dessa forma que o projeto está a ser desenvolvido. Sobre esta matéria, tudo indica que até ao início de 2023, tudo ficará devidamente encaminhado, independentemente daquilo que consta na Revisão da Carta Educativa.

A Sr.^a Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de São João da Talha, Maria do Céu Lopes, refere que ficou descontente com o documento apresentado. Para um horizonte temporal de cerca de 10 anos, salientou que não se vislumbrava, por exemplo, que na sede do seu Agrupamento de Escolas, no interior do seu próprio espaço, pudesse vir a ser construído um Pavilhão Desportivo.

A Sr.^a Diretora do Agrupamento de Escolas de São João da Talha, Maria da Luz, solicitou a palavra para também falar do seu contexto: tem um Agrupamento com cerca de 2000 alunos, tem uma Escola Básica 2/3 que não tem Pavilhão Desportivo e tem uma Escola Secundária com uma oferta formativa do 9.º até 12.º ano – e para estes alunos conseguirem ter aulas de educação física têm que se deslocar a pé entre a Escola Secundária e o Pavilhão Municipal José Gouveia, uma distância (a subir) de cerca de 700 metros. Referiu que espaço físico existe na Escola e que apenas será necessário que sejam criadas as condições necessárias por parte das entidades competentes para concretização da construção do Pavilhão.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão, lembrou o que foi dito recentemente em reunião realizada no Agrupamento de Escolas de São João da Talha: um Pavilhão Desportivo a ser construído unicamente pela Câmara Municipal, neste momento, seria difícil, mas, em alternativa, conseguir-se-á avançar com a cobertura do polidesportivo/campo existente, criando-se assim um espaço e um equipamento coberto onde as crianças iriam poder praticar desporto, independentemente de existir ou não uma comparticipação financeira da parte do Ministério da Educação para o efeito.

O Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas de Santa Iria de Azóia, Ivo Cardoso, referiu que a atual realidade do seu Agrupamento também não surge plenamente retratada na apresentação feita pela Universidade de Aveiro – na rede escolar do Agrupamento, por exemplo, na passagem do 4.º para o 5.º ano, tiveram uma redução de uma turma e meia. Para além disso, tiveram igualmente uma redução de mais uma turma de inscrição. Do 6.º para o 8.º ano também aconteceu algo similar, existem 6 turmas, mas teoricamente deveriam ser 7, considerando que existem nessas mesmas turmas alunos “redutores” – o que implicaria um aumento do espaço e do número de turmas. Salientou, de igual modo, que lamenta que não se consiga dar resposta em termos de ensino secundário, em Santa Iria de Azóia, aos alunos que terminam o 9.º ano, muitos acabando mesmo por ir estudar para Lisboa. Na sua opinião e considerando o crescimento populacional da freguesia, era importante que fosse ponderada a construção de uma Escola Secundária.

A Sr.^a Representante do Centro de Emprego de Loures/Odivelas, Ana Rita Marques, destacou na sua intervenção, a necessidade de articulação entre as escolas e o centro de emprego, numa perspetiva de conhecimento do mercado de emprego. As escolas do Concelho podem contribuir ativamente para que as saídas profissionais, nomeadamente ao nível dos cursos de dupla certificação, possam ter depois integração no mercado de emprego. Considera que é necessário aproximar mais as respostas da escola - ao nível, por exemplo, da formação e qualificação profissional - das necessidades concretas das empresas do Concelho. Destacou ainda na sua intervenção, a importância da medida do Governo referente às creches gratuitas – um dos principais constrangimentos para os desempregados que têm a seu cargo bebés e crianças, na hora

de aceitar novas propostas de trabalho, prende-se precisamente com as dificuldades que enfrentam para encontrar creches ou jardins de infância com mensalidades acessíveis.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão, referiu que só no concelho de Loures, de acordo com dados de 2020, existiam cerca de 80 mil postos de trabalho ativos. O que se pretende é fomentar a ligação entre escolas (ensino secundário) e o setor empresarial, procurando adaptar as ofertas formativas às necessidades existentes no Concelho e, nesse sentido, lançou-se, recentemente, um novo projeto no Município, a *Loures Business Hub*. Para além deste projeto pretender dinamizar as empresas, o comércio e serviços, tem ainda como objetivos formar e capacitar empresários e comerciantes, fomentar o empreendedorismo e inovação, atrair e fixar investimento e contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Esta associação estará agregada a outras quatro marcas, nomeadamente a *Loures Academy*, que tem como objetivo criar programas de empreendedorismo jovem para as escolas. A *Loures Business Hub* pretende criar quatro polos de incubação distribuídos pelo Concelho, apoiar, até 2025, mais 200 empresas, atingir uma rede de 100 parceiros, chegar aos 3250 alunos envolvidos em programas para escolas, anualmente, e dar 500 horas de formação.

O Sr. Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho, Rui Rebelo, fez menção à importância das Instituições Particulares de Solidariedade Social e às eventuais dificuldades que as mesmas irão sentir caso necessitem de converter a valência do pré-escolar para a valência creche. Colocou ainda uma questão sobre o prazo previsto para a cobertura do polidesportivo/campo do Agrupamento de Escolas de São João da Talha.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão, afirmou que, para este mandato, serão ainda calendarizadas as intervenções que visam garantir uma cobertura de polidesportivo por freguesia (10 freguesias/10 coberturas feitas). A Câmara Municipal irá procurar rentabilizar ao máximo os recursos existentes. Em articulação com os Agrupamentos e com as Juntas de Freguesia, serão selecionadas as Escolas do 1.º Ciclo, que tenham um polidesportivo com uma dimensão suficiente para a prática do desporto. Um polidesportivo que permita a colocação de uma cobertura e que, com uma intervenção no seu espaço físico, permita ainda ter autonomia, para que depois do horário escolar o mesmo possa vir a ser utilizado pela comunidade.

O Sr. Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público, Ricardo Dias, fez, na sua intervenção, referência aos Pavilhões - na sua Escola Secundária José Afonso, os alunos também têm que se deslocar a

pé e à chuva. Salientou que, na Escola Básica Fernando Bulhões, têm um campo com uma ótima dimensão, mas com uma utilização aquém do desejável. Considera que esse espaço mereceria efetivamente ser coberto. Abordou ainda as dificuldades sentidas em matéria de oferta educativa. Por exemplo, na Escola Básica Maria Veleda, não se tem conseguido dar resposta a todos os alunos do seu Agrupamento.

A Sr.^a Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar Pública, Maria de Lurdes Costa, sublinhou que a Educação Pré-Escolar vai dos 0 aos 6 anos e, nesse sentido, as Educadoras de Infância estão habilitadas para trabalhar com crianças dos 0 aos 6 anos, estão habilitadas para trabalhar em creches. Na sua perspetiva, não deverá existir concorrência entre a rede solidária e a rede pública. Se ambas dispuserem das mesmas condições os beneficiários poderão optar por uma ou por outra, no entanto, o que acontece é que, por vezes, a rede solidária não consegue oferecer condições similares, aos seus trabalhadores e ao nível dos espaços físicos, e é precisamente isso que gera desequilíbrios.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do Concelho, Nuno Leitão, referiu que importava dar uma particular atenção à educação inclusiva e às crianças e jovens com necessidades especiais de saúde. Estas crianças e jovens vão fazendo o seu percurso escolar, mas após a conclusão deste percurso escasseiam outras saídas.

O Professor João Marques, da Universidade de Aveiro, referiu que, na sua opinião, a Carta Educativa é um instrumento político, com suporte num relatório técnico. A cientificidade aplicada na elaboração do documento permitiu trabalhar dados e gerir as expetativas criadas relativamente ao mesmo, de forma racional e relativamente explícita. Mencionou que os resultados de diagnóstico passam por aquilo que é o levantamento da evolução dos vários indicadores apresentados, bem como pela forma como essa informação é trabalhada e, naturalmente, se houver alguns aspetos a carecer de retificação é necessário que o possamos vir a fazer posteriormente. Outro aspeto referido está relacionado com a perspetiva de se trabalhar tecnicamente ao nível daquilo que são as previsões da população e efetivamente realizar previsões não é tarefa fácil. Este instrumento deve ser considerado com alguma parcimónia. A racionalidade e a coerência são assumidas e assentes num conjunto de pressupostos que foram considerados e que podem ser alterados. A vigilância relativamente à forma como este instrumento tem de ser visto e trabalhado é uma responsabilidade de todos. Sendo um instrumento político, as opções que aí são espelhadas resultam, muitas vezes, das consensualizações e compromissos possíveis de estabelecer.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão, reforçou a ideia de que este importante documento não tem de, necessariamente, abranger todas as ações relevantes perspetivadas. Por exemplo, as coberturas dos polivalentes que serão realizadas são bastante importantes e não estão aí refletidas. Este é documento

estratégico, com opções claras, mas também flexível e que se vai monitorizando. Este documento permite-nos olhar para um horizonte temporal de uma década e ir percebendo, desde já, em que zonas e freguesias devemos investir no aumento da oferta. As requalificações, melhoramentos na rede, construção de coberturas... isso pode ir sendo igualmente trabalhado nas reuniões regulares que se vão realizando com os Agrupamentos de Escolas.

Após a apresentação e discussão do documento, os conselheiros pronunciaram-se, tendo sido concedido, por unanimidade, parecer favorável à proposta de Revisão da Carta Educativa.

Ponto 3 - Normas do Serviço de Apoio à Família - Ano Letivo 2022/2023

A Câmara Municipal de Loures fez uma breve apresentação do ponto, tendo-se ressalvado que o Decreto-Lei n.º 21/2019, em matéria de Ação Social Escolar, ainda aguardava a publicação de um diploma próprio. No entanto, dado a proximidade do início do próximo ano letivo, avançou-se já com algumas propostas de alteração e/ou de manutenção de opções municipais nas Normas do SAF para 2022/2023. A saber:

- Incluir no serviço de refeições escolar, a partir de dia 1 de setembro, os alunos do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário;
- Leite Escolar (alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo) passa para a gestão do Município;
- Opções do pequeno-almoço e lanche mantêm-se como opção;
- Complemento didático;
- Complemento didático alunos com necessidades de saúde especiais;
- Fichas escolares;
- Reforço da equipa de acompanhamento das refeições escolares.

O Sr. Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE), Rui Rebelo, solicitou a palavra para deixar algumas sugestões, nomeadamente, de abertura de um período formal, ao longo do ano letivo, de auscultação/recolha de contributos da parte dos parceiros para a elaboração deste documento, e da necessidade imperiosa de se reverem os valores referentes à comparticipação financeira da Câmara

Municipal para a prestação das Atividades de Apoio à Família por parte das entidades parceiras, no sentido de se conseguir manter e reforçar a qualidade deste importante serviço para a comunidade.

A Sr.^a Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Tatiana Tavares, pediu a palavra para abordar a questão dos incumprimentos nos pagamentos por parte de alguns Pais e Encarregados de Educação e para colocar a questão do esforço financeiro mensal feito pelas APEE. Referiu que se trata de uma realidade de difícil gestão para muitas APEE: os pais não pagam e continuam a deixar por lá os seus filhos e nada acontece, não existe qualquer penalização possível. As APEE não dispõem de meios, nem forma ou autorização para efetuar pedidos coercivos de montantes em dívida e chegam a ter dívidas, por exemplo para uma família no escalão C com uma criança e que não pague um ano inteiro, que ascendem a 500€. Estas dívidas colocam em causa a qualidade das respostas que são dadas ao nível das AAF e o que todas as APEE desejam é proporcionar excelentes e interessantes condições e atividades às crianças, fornecer bons materiais... As APEE têm sentido nos últimos anos um acréscimo das despesas, relacionadas com o aumento do custo de vida, e as receitas mantêm-se sempre as mesmas e não tem sido nada fácil lidar com o esforço financeiro mensal requerido. As APEE precisam de um reforço das participações financeiras para as CAF e AAF.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, referiu que estas questões tinham já sido – e bem – colocadas recentemente pela APEE na reunião realizada no Agrupamento de Escolas e salientou que, o compromisso que tinha então assumido, extensível a todo o concelho, era de revisitação de toda esta matéria com os prolongamentos de horários, com os escalões... a necessidade de se proceder a essa revisitação com base na realidade concreta atual. A própria Câmara Municipal tem uma dívida da parte dos pais relativa às refeições escolares que ascende a 1 milhão e 800 mil euros. Nestes últimos meses tem-se procurado, de forma empenhada, recuperar algum “tempo perdido” pelo executivo anterior em matéria transferência de competências na área da educação, mas, foi afirmado que, no início do próximo ano letivo 2022/2023, haverá condições para a criação de um grupo de trabalho, onde a Câmara, os Agrupamentos e as APEE estejam representados, para que se possa visitar toda essa matéria (escalões, o valor de 5,5€ que é transferido para o prolongamento de horário e que há anos que não é atualizado...). Em matéria de AEC, a Câmara Municipal apenas conseguirá continuar a insistir junto do Ministério da Educação para a necessidade de atualização das verbas associadas, uma vez que o Município já gasta para além daquilo que transfere (800 mil euros) mais 130 mil euros anuais. Também foi referido que se pretende resolver de uma outra forma (preservando a necessária sensibilidade social) as questões das dívidas dos pais em matéria de refeições escolares, bem como as dívidas nas restantes áreas. A ideia é que estas revisitações venham a ter efeitos no ano letivo de 2023/2024.

Após apresentação e discussão em torno do documento, os conselheiros pronunciaram-se tendo sido concedido, por unanimidade, o parecer favorável à proposta de Normas do Serviço de Apoio à Família – Ano Letivo 2022/2023, apresentada pela Câmara Municipal de Loures.

Ponto 4 - Plano de Transportes Escolares - Ano Letivo 2022/2023

Apresentado o documento, as pequenas alterações introduzidas na sequência do Dec.-Lei. 21/2019 (designadamente o acesso ao transporte escolar gratuito para todos os alunos que reúnam os requisitos mencionados no artigo 20.º – que abarca do pré-escolar ao secundário) e a manutenção das opções municipais anteriores, os conselheiros pronunciaram-se tendo sido concedido, por unanimidade, o parecer favorável à proposta de Plano de Transportes Escolares – Ano Letivo 2022/2023, apresentada pela Câmara Municipal de Loures.

Eram vinte horas e quarenta e cinco minutos quando o Sr. Presidente Ricardo Leão declarou encerrada a Reunião.

O Sr. Presidente do CMEL



Ricardo Leão

Loures, 2 de junho de 2022



Conselho Municipal de Educação de Loures
2.ª Reunião Ordinária 2022

Às 20h45 horas foi aprovada e assinada esta minuta, dando-se por encerrada a reunião, a qual foi subscrita por todos os presentes:

O Presidente do CMEL, Ricardo Leão

Susana Amador

Nuno Leitão

Bruno Miguel Santos

Luís Filipe Roque

Ricardo Marques Dias

M^ª Lurdes Costa

Marta Pereira

Andreia Tavares

Rui Rebelo

Patrícia Rodrigues

Marta Mouro

Catarina Magalhães

Ana Rita Marques

Eduarda Marques

Flávio Borges

Joaquim Sardinha

Rafael Simões

Ivo Cardoso

Irene Louro

João Carvalho

Nuno Correia

Fernanda Almeida

Cristina Marques

Marilisa Cambraia

Nuno Reis

Maria da Luz Fragoso Costa

António Mendes

Paula Cristina Natáilio

Carlos Candeias

Maria Manuel Andrade

Teresa Graça

Handwritten signatures and initials on lined paper:
Ricardo Leão
~~_____~~
~~_____~~
~~_____~~
x Jurado Costa
x Marta Pereira
Rui Rebelo
x Patrícia Rodrigues
Marta Mouro
x Catarina Magalhães
Flávio Borges
Ivo Cardoso
x Irene Louro
Nuno Correia
x Cristina Marques
Marilisa Cambraia
x Nuno Reis
x Maria da Luz Fragoso Costa
x António Mendes
x Paula Cristina Natáilio
x Carlos Candeias
x Maria Manuel Andrade
Teresa Graça

100

100

100

100

Vítor Paulo da Silva Mota

Paulo Jorge Pereira Gomes

António Morgado

Octávio José da Silva Inácio

Fernanda Manuela Duarte Lima

Maria Teresa Vilas Boas

Maria Gabriela Alves

Ana Carina da Silva Landeck

Maria Dulce da Silva Duarte

Rui Carlos Raposo de Carvalho

Ana Margarida de Almeida Rebelo

Maria Margarida Quintino Rogado *Cardoso Fonseca*

Carla Maria Pimentel da Luz

Maria do Céu Carreira Lopes

Vitor Paulo
Paulo Jorge
António Morgado
Octavio Jose
Fernanda
Maria Teresa
Maria Gabriela

Ana Carina
Maria Dulce
Rui Carlos
Ana Margarida
Maria Margarida
Carla Maria
Maria do Céu

